

Resposta ao Manifesto do Varejo 2026

Uberlândia, 21 de agosto de 2026.

Ao Senhor
Roberto Moraes de Rezende
Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Uberlândia

Prezado Roberto,

Recebi e li com atenção o Manifesto do Varejo Eleições 2026. O documento traduz preocupações legítimas de quem abre uma empresa, assume riscos, gera empregos e movimenta a economia todos os dias.

Também reconheço a importância de Uberlândia como um dos maiores polos brasileiros de comércio e serviços. A cidade exerce influência econômica muito além de seus limites territoriais e ocupa posição estratégica na conexão de Minas Gerais com o Centro-Oeste e com o interior de São Paulo.

Faço, inicialmente, uma distinção necessária. O manifesto possui alcance nacional e reúne propostas destinadas a diferentes cargos públicos. Algumas dependem do Governo Federal ou do Congresso Nacional. Outras pertencem aos municípios. Há, ainda, um conjunto relevante que pode ser executado diretamente pelo Governo de Minas Gerais.

Não considero responsável prometer, como candidato a governador, aquilo que somente outro ente pode realizar. Por isso, apresento nesta carta os compromissos que assumo no âmbito estadual e indico os pontos em que caberá ao governador exercer cooperação interfederativa ou defesa institucional.

1. Reforma administrativa e eficiência do Estado

A eficiência do Estado não será confundida com corte indiscriminado ou hostilidade ao servidor público. Meu compromisso é reorganizar a administração para que ela entregue mais e desperdice menos.

Nosso Plano de Governo prevê dez Governos Regionais, formados pela reorganização de equipes, estruturas e funções que já existem. Não haverá aumento da despesa com pessoal. Essas unidades levarão capacidade técnica para perto dos municípios e acompanharão convênios, indicadores, obras, prazos e programas.

Também criaremos uma instituição independente para avaliar o custo, o impacto e o resultado das políticas públicas. Programas que funcionam serão preservados. Aqueles que não entregam resultado precisarão ser corrigidos ou encerrados.

A Carta Mineira de Serviços Públicos deixará de ser um documento formal. Ela estabelecerá canais, devolutivas e prazos para os serviços estaduais. O cidadão e o empresário precisam saber o que apresentar, quanto esperar e quem cobrar.

A PEC 32 é matéria federal. Como governador, não prometerei aprová-la ou executá-la. Minha responsabilidade será fazer a reforma possível e necessária dentro da administração de Minas Gerais.

2. Integridade e segurança jurídica

Empresa séria não deve depender de amizade com o governo para ser atendida. A concorrência precisa ocorrer pela capacidade de cada negócio, e não pelo acesso de seus proprietários ao poder político.

Criaremos o Portal Único de Transparência Radical. A plataforma reunirá contratos, convênios, dispensas, incentivos, licenças e pagamentos. Também publicará os beneficiários finais das empresas contratadas e as agendas do alto escalão.

Reuniões com bancos, concessionárias, entidades, empresas e mineradoras terão registro público. Grandes contratos terão exigências proporcionais de integridade e rastreabilidade.

Segurança jurídica também significa procedimentos claros. As decisões estaduais deverão ter fundamentos técnicos e prazos conhecidos. O empreendedor que cumpre a lei não pode depender da interpretação ocasional de cada dirigente público.

3. Cadeias produtivas e comércio regional

O Estado deve ajudar cada região a desenvolver suas vantagens reais. No Triângulo Mineiro, isso significa fortalecer a conexão entre agroindústria, comércio, logística, serviços e tecnologia.

Os Governos Regionais deverão aproximar empresas, municípios, pesquisadores e universidades. O objetivo será transformar conhecimento em produtividade e identificar os gargalos que impedem cada cadeia regional de crescer.

Nosso plano também prevê a institucionalização de um novo arranjo regional de desenvolvimento no Triângulo Mineiro, com polos como Araguari, Uberaba e Uberlândia. A delimitação será técnica e não tratará essas cidades como uma lista fechada.

Nas compras estaduais, haverá transparência sobre empresas participantes e critérios de escolha. Qualquer tratamento favorecido a negócios locais deverá respeitar a legislação de contratações públicas. Não assumirei uma reserva geográfica incompatível com a lei.

4. Sistema tributário estadual

Meu compromisso fiscal é claro: a saída para o desequilíbrio das contas não será aumentar a carga tributária. A despesa primária deverá crescer menos que a receita.

Também publicaremos um painel anual dos benefícios fiscais, identificando o beneficiário, o custo, o objetivo, o prazo e o resultado de cada política, sempre que a legislação permitir. O incentivo que produz desenvolvimento será preservado. O benefício que não apresenta contrapartida comprovada será revisto.

A implementação da Reforma Tributária exigirá participação ativa de Minas Gerais. Nosso plano prevê estudos sobre os efeitos da transição do ICMS para o IBS, especialmente sobre a arrecadação municipal e sobre a Lei Robin Hood.

Alterações na CBS, na tributação de dividendos, no Simples Nacional e no split payment são matérias federais. Nesses temas, assumo o compromisso de dialogar com o setor e defender uma transição que preserve os pequenos negócios, sem apresentar como decisão do governador aquilo que depende do Congresso Nacional.

5. Crédito e financiamento

A taxa Selic e o Pronampe não são definidos pelo governador. Também não seria responsável prometer uma linha genérica de crédito subsidiado sem indicar fonte ou impacto fiscal.

O Estado, entretanto, possui instrumentos relevantes. Nosso plano prevê utilizar o BDMG na agenda de desenvolvimento regional, energia limpa e inovação. Também propomos um programa da Fapemig dedicado a pequenas e médias empresas de base tecnológica, com financiamento de pesquisa aplicada e projetos-piloto.

O crédito estadual deverá ser orientado por resultado. Precisamos saber se o financiamento aumentou a produtividade, sustentou empregos ou permitiu que a empresa investisse.

6. Empreendedorismo feminino

Nosso plano reconhece o empreendedorismo feminino como uma dimensão que precisa ser acompanhada pelo Estado. O Observatório Mineiro da Igualdade de Direitos consolidará dados sobre desigualdade de gênero, renda e empreendedorismo feminino para orientar políticas e recursos.

Também criaremos a Rede Estadual de Recomeço para mulheres em situação de violência, integrando assistência social, habitação, qualificação, saúde, segurança e trabalho. A autonomia econômica é indispensável para que uma mulher possa reconstruir sua vida.

A oferta de creches e a definição de seus horários envolvem principalmente os municípios. O Governo de Minas Gerais poderá cooperar, contudo não assumirei sozinho uma atribuição municipal nem criarei uma promessa sem financiamento definido.

Nosso Plano de Governo não contém uma linha estadual de crédito exclusiva para mulheres empreendedoras. Qualquer instrumento dessa natureza deverá ser dimensionado tecnicamente antes de ser anunciado.

7. Relações de trabalho e qualificação

A legislação trabalhista é matéria federal. O governador não pode alterar escalas, jornada 6x1, legislação de feriados ou modalidades de contratação.

O Estado pode atuar na formação das pessoas. Nosso plano aproxima a educação e a pesquisa das demandas econômicas regionais. A qualificação precisa estar conectada às oportunidades reais existentes em cada território.

Também não considero adequado tratar políticas de proteção social como inimigas do emprego. Programas sociais devem ser avaliados e conectados a oportunidades de trabalho, sem estigmatizar quem precisa de proteção pública.

Na economia de plataformas, a regulação das relações de trabalho também é federal. Em Minas Gerais, nosso plano reconhece os trabalhadores por aplicativo e por demanda. Criaremos pontos de apoio com água, banheiro, descanso e orientação de serviços. O trabalhador não pode ser transformado em adversário do comércio.

8. Inovação e tecnologia

A inovação precisa chegar ao comércio e aos serviços, e não permanecer restrita a laboratórios ou grandes empresas.

A Fapemig será reposicionada como instituição estratégica de inovação. Haverá instrumentos para pequenas e médias empresas de base tecnológica e maior aproximação entre empresas, mercado e pesquisadores.

Também consolidaremos os distritos de inovação e os programas de residência tecnológica. Uberlândia possui capacidade empresarial e universitária para ocupar papel central nessa política.

O manifesto sugere um programa nacional específico para o varejo. Nosso plano não cria um “Varejo 4.0” com esse nome. Há, porém, convergência na finalidade: democratizar o acesso à tecnologia e transformar conhecimento em produtividade.

9. Sustentabilidade

A sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade dos negócios caminham juntas. Nosso plano prevê ampliar fontes limpas de energia por meio do BDMG e da Cemig, com planejamento estadual e articulação regulatória.

Também propomos o programa Lixão Zero e o fortalecimento do Bolsa Reciclagem. A política estadual deverá apoiar consórcios regionais e ampliar a inclusão produtiva dos catadores.

Nas compras estaduais, adotaremos critérios ambientais proporcionais e tecnicamente justificados. Novas exigências não podem ser impostas aos pequenos negócios sem orientação adequada ou período de adaptação.

Incentivos fiscais e linhas gerais de crédito para práticas ESG não estão previamente prometidos em nosso plano. Qualquer apoio precisará demonstrar benefício ambiental e viabilidade fiscal.

10. Segurança pública

Este é um dos pontos de maior convergência com o manifesto.

Criaremos o Centro Integrado de Inteligência Criminal, conectando Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Haverá base de dados única, diagnóstico territorial e cooperação com as forças federais quando necessário.

Vamos reforçar o combate ao crime digital, a investigação financeira, o roubo de cargas e o roubo de celulares. A plataforma estadual de recuperação de aparelhos integrará bloqueio, identificação, rastreamento e restituição.

Também vamos atingir a estrutura econômica das organizações criminosas. Não basta prender quem está na ponta. É necessário chegar ao patrimônio e às redes de receptação.

A iluminação pública é responsabilidade municipal. O Estado pode integrar informações e apoiar políticas territoriais de prevenção, sem retirar dos municípios sua competência.

11. Infraestrutura e logística

Minas Gerais precisa reduzir sua dependência das rodovias. Nosso plano prevê projetos ferroviários prontos para captar recursos federais e uma atuação permanente para garantir contrapartidas territoriais nas concessões.

A política ferroviária buscará diversificar cargas e estruturar terminais intermodais. Isso reduzirá o custo do frete e aliviará as rodovias.

Nas estradas estaduais, teremos projetos executivos completos, contratos orientados por desempenho e diagnóstico público anual. As intervenções serão priorizadas por dados sobre acidentes, mortes e ocorrências.

Vias urbanas e políticas locais de revitalização pertencem aos municípios. O Estado poderá apoiar o planejamento regional e articular projetos que ultrapassem as fronteiras municipais.

A conectividade digital depende de regulação federal e investimento privado. O Governo de Minas Gerais poderá articular sua expansão e incorporar conectividade aos projetos estaduais, sem prometer controlar redes que não pertencem ao Estado.

12. Digitalização e desburocratização

O Gov.br é uma plataforma federal. Alvarás municipais também não são emitidos pelo Governo de Minas Gerais.

Nos serviços estaduais, assumo o compromisso de reduzir deslocamentos, etapas e prazos. A digitalização será acompanhada pela revisão dos procedimentos. Não faz sentido transferir para uma tela a mesma burocracia que antes estava no papel.

A Carta Mineira de Serviços Públicos fixará canais, devolutivas e prazos. Os serviços estaduais terão padrões públicos e indicadores regionais.

Também ampliaremos a integração digital dos serviços de trânsito e a transparência dos processos administrativos.

Compromisso final

Roberto,

Concordo com a premissa central do manifesto: quem empreende precisa de um Estado ético, eficiente e previsível.

Assumo os compromissos descritos nesta carta porque eles estão dentro das competências do Governo de Minas Gerais e possuem fundamento no Plano de Governo que registrei.

Nas matérias federais, exercerei diálogo e defesa institucional. Nas matérias municipais, construirei cooperação sem invadir a autonomia das prefeituras.

Não vou prometer como governador aquilo que um governador não pode cumprir. Também não transformarei reivindicações legítimas em respostas vagas.

Meu compromisso é com um Estado que não atrapalhe quem trabalha e não favoreça quem tem acesso ao poder. Aquilo que assino poderá ser acompanhado e cobrado.

Com respeito e disposição para o diálogo,

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador de Minas Gerais